



**V Encontro do ODDH**  
**A deficiência face à crise pandémica: Desafios e respostas**  
ISCSP-ULisboa  
11 de dezembro de 2020

---

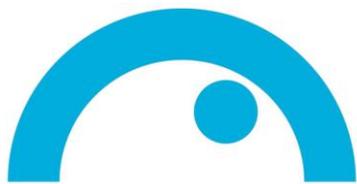
**Bioética da “epidemia” autista: autodeterminação, antivacinação e neurodiversidade**

Luana Adriano Araújo<sup>1</sup>

Na medida em que cresce a quantidade de diagnósticos de autismo (Elsabbagh et al., 2012) e se fixam as crenças em “epidemias autistas” (Gernsbacher et al, 2005; Eyal, 2013), pessoas com autismo, pais de autistas, profissionais de saúde e gestores públicos passam a enfrentar novos desafios bioéticos, nomeadamente: as consequências da promoção de diagnósticos precoces; a delimitação de teorias psicológicas e cognitivas sobre o funcionamento autista; os limites da pesquisa com sujeitos autistas; e a desejetabilidade da cura ou prevenção do autismo (Hens, 2019). As teorias patológicas sobre o autismo aprofundaram, durante a segunda metade do século XX, a ideia de que há uma tragédia pessoal na vida autista, assentando uma incompatibilidade teórica entre “vidas autistas” e “vidas boas” (McGuire, 2016). Nesse contexto, discursos de cura e prevenção ganham dominância, institucionalizando-se por meio de iniciativas como “Cure for Autism” e “Defeat Autism Now” (Fitzpatrick, 2008), ao mesmo tempo que movimentos de afirmação de identidades autistas e neurodiversidades se firmam social e academicamente (Kapp, 2013). Nessa tensão, emerge a dicotomia “tratamento vs aceitação” (Jaarsma, Welin, 2012; Chapman, 2020), no seio da qual o autismo, “uma diferença sem nome” (Waltz, 2013) até o início da década de 1940, abre hoje um locus de ansiedades públicas, frequentemente apontadas como matrizes de políticas antivacinação e de tratamentos caracterizados como anti ou pseudocientíficos (Offit, 2008; Offit, 2010; Hotez, 2018). A principal associação moderna entre a vacinação e a etiologia do autismo remonta ao estudo de Wakefield et al (1998), no qual se afirma haver uma relação de causalidade entre a vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (MMR) e a condição autística. A partir de uma explicação científica simples, que reafirmava antigos mitos e temores em relação às vacinas, instaurou-se um movimento midiático e político que fundamenta tanto a objeção contra a vacinação obrigatória quanto uma

---

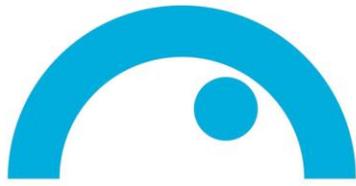
<sup>1</sup> Doutoranda em Direito pela UFRJ. Mestre em Direito pela UFC. Bolsista CAPES. Pesquisadora do Núcleo de Teoria dos Direitos Humanos (FND) e do Árvore-ser-UFC (Grupo de Estudos Aplicados em Direitos das Pessoas com Deficiência). E-mail: luanaadriano@ufrj.br/luana.adriano88@gmail.com



possível legitimidade de pedidos de indenização por parte de pais de filhos cujo autismo teria causa na vacinação (Davidson, 2017). Além de pacificar as controvérsias acerca da heterogeneidade da condição autística (Walsh et al, 2011; Rutter, 2013), a associação vacina-autismo isenta pais e mães de participarem da causalidade do autismo – que é considerado, nessa perspectiva, como um dano causado por forças exteriores. Nesse sentido, a matriz da justificação da não-vacinação que se pauta na correlação vacina-autismo qualifica o autismo como uma condição de vida inerentemente ruim, cuja prevenção justificaria não submeter filhos e dependentes à vacinação.

A partir do quadro referencial da neurodiversidade – que considera o autismo como uma variação natural da humanidade (Jaarsma, Wellin, 2011) –, o problema da antivacinação se torna mais intrincado. Segundo a perspectiva da neurodiversidade, o autismo, enquanto uma configuração cerebral específica, delimitada a partir de uma variedade de possíveis formatações, não é um fenômeno incomum (Ortega, 2009). Nesse sentido, a própria colocação da pergunta “há uma correlação entre o autismo e determinada vacina?” com vistas a gerar uma escusa moral de vacinação conduz a uma investigação espúria, visto que tanto a neurodiversidade quanto a neuroatipicidade são eventos moralmente neutros. Um problema, contudo, associado à delimitação de uma biocertificação neural do autismo diz respeito à fixação da possibilidade de se investigar se há uma causalidade material, moralmente neutra, entre vacinação e autismo. Nesse sentido, enquanto os estudos críticos de autismo (Runswick-Cole, 2016) colocam em questão a própria identidade e unicidade biológica do autismo, a neurodiversidade demanda uma reificação do autismo em determinados aparatos neurológicos, questionando tão somente o significado social e moral de referida neurodiversidade em contextos orientados por uma normatividade neurotípica. As perguntas remanescentes, nesse sentido, são as seguintes: A investigação – e possível infirmação – da causalidade vacina-autismo tem potencial positivo na campanha pró-vacinação? Nesse sentido, teria a neurodiversidade, com o pressuposto da biocertificação, um argumento pragmático a seu favor?

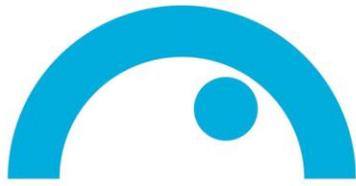
Considerando referida problematização, conduzem a investigação proposta os seguintes questionamentos: Como se estabelece a correlação entre autismo e antivacinação e quais as consequências da afirmação da causalidade vacina-autismo? Quais as diferenças entre as abordagens dos quadros referenciais da neurodiversidade e dos estudos críticos de autismo sobre a anti-vacinação?. A discussão nem natureza teórica, tendo por estrutura o seguinte esqueleto: 1. Antivacinação e autismo; 1.1 Heterogeneidade da condição autística e causa comum; 1.2 Problemas éticos da obrigatoriedade e das isenções de vacinação; 2. Neurodiversidade, Estudos Críticos de



Autismo e Antivacinação; 2.1 Neuroidentidade autista e vacinação; 2.2 Estudos Críticos de autismo e vacinação. São as conclusões parciais: 1. O tratamento do autismo como “epidemia” determina um quadro referencial patológico, a partir do qual o autismo é percebido como uma condição necessariamente danificada; 2. A correlação entre autismo e antivacinação unifica o espectro autista e simplifica manifestações a partir do argumento da causa comum, corroborando a simplificação dos manuais de diagnósticos; 3. A biocertificação ínsita à neurodiversidade permite que, desde que moralmente neutras, pesquisas possam ser conduzidas quanto à causalidade material do autismo; 4. Os estudos críticos de autismo, por outro lado, entendem que a própria investigação do autismo como um efeito adverso da vacinação está necessariamente imbuída em um horizonte moral e cultural.

## REFERÊNCIAS

- CHAPMAN, Robert; VEIT, Walter. Representing the Autism Spectrum. **The American Journal of Bioethics**, v. 20, n. 4, p. 46-48, 2020.
- DAVIDSON, Michael. Vaccination as a cause of autism—myths and controversies. **Dialogues in clinical neuroscience**, v. 19, n. 4, p. 403, 2017.
- ELSABBAGH, Mayada et al. Global prevalence of autism and other pervasive developmental disorders. **Autism research**, v. 5, n. 3, p. 160-179, 2012.
- EYAL, Gil. **The autism matrix**. Polity, 2010.
- FITZPATRICK, Michael. **Defeating autism: A damaging delusion**. Routledge, 2008.
- GERNSBACHER, Morton Ann; DAWSON, Michelle; HILL GOLDSMITH, H. Three reasons not to believe in an autism epidemic. **Current directions in psychological science**, v. 14, n. 2, p. 55-58, 2005.
- HENS, Kristien; ROBEYNS, Ingrid; SCHAUBROECK, Katrien. The ethics of autism. **Philosophy Compass**, v. 14, n. 1, p. e12559, 2019.
- HOTEZ, Peter J. **Vaccines Did Not Cause Rachel's Autism: My Journey as a Vaccine Scientist, Pediatrician, and Autism Dad**. Johns Hopkins University Press, 2018.
- JAARSMA, Pier; WELIN, Stellan. Autism as a natural human variation: Reflections on the claims of the neurodiversity movement. **Health care analysis**, v. 20, n. 1, p. 20-30, 2012.
- KAPP, Steven K. et al. Deficit, difference, or both? Autism and neurodiversity. **Developmental psychology**, v. 49, n. 1, p. 59, 2013.



MCGUIRE, Anne. **War on autism: On the cultural logic of normative violence**. University of Michigan Press, 2016.

OFFIT, Paul A. Vaccines and autism revisited—the Hannah Poling case. **New England Journal of Medicine**, v. 358, n. 20, p. 2089-2091, 2008.

OFFIT, Paul A. **Autism's false prophets: Bad science, risky medicine, and the search for a cure**. Columbia University Press, 2010.

ORTEGA, Francisco. The cerebral subject and the challenge of neurodiversity. **BioSocieties**, v. 4, n. 4, p. 425-445, 2009.

RUNSWICK-COLE, Katherine. Understanding this thing called autism. **Re-thinking autism: Diagnosis, identity and equality**, p. 19-29, 2016.

RUTTER, Michael. Changing concepts and findings on autism. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 43, n. 8, p. 1749-1757, 2013.

WALSH, Pat et al. In search of biomarkers for autism: scientific, social and ethical challenges. **Nature Reviews Neuroscience**, v. 12, n. 10, p. 603-612, 2011.